

PLANO DE TRABALHO

ATIVIDADE	DIREITO DESPORTIVO								
RESPONSÁVEL	FERNANDO BARBALHO MARTINS								
CÓDIGO		SEMESTRE	2024.1	PERÍODO	3°/10°	NATUREZA	ATCE	CARGA HORÁRIA	30h

EMENTA	Direito Desportivo: autonomia científica. Elementos distintivos do Direito no esporte. Modelos de governança desportiva. Organização desportiva brasileira. Direito Empresarial do esporte. Direito Administrativo Desportivo.								
OBJETIVOS	Identificar as principais estruturas de governança desportiva nacionais e internacionais; discutir o alcance da autorregulação esportiva; analisar as normas que regem as atividades econômicas relacionadas ao esporte; analisar o regime disciplinar imposto às pessoas e organizações envolvidas com o esporte; analisar as formas de intervenção estatal no setor, em especial o novo quadro regulatório brasileiro, com o advento da Lei Geral do Esporte.								
METODOLOGIA	Aulas majoritariamente baseadas no método do caso, entremeadas com partes expositivas. Discussão e trabalhos práticos com base em temas da atualidade do esporte.								
HABILIDADES Exigência MEC CNE/CES nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
		Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
		Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.							
	Outras:								
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO									
AULA	TEMA								
1	Introdução: existe um Direito Desportivo?								
2	Traços distintivos das relações entre Direito e Esporte.								
3	Transnacionalismo desportivo. Modelos europeu e estadunidense de governança esportiva								
4	Constitucionalização do esporte								
5	Legislação desportiva brasileira I								
6	Legislação desportiva brasileira II								
7	Governança desportiva brasileira								
8	Organização societária no esporte								
9	Organização de Eventos I								
10	Organização de Eventos II								
11	Direito do Trabalho Desportivo I								
12	Direito do Trabalho Desportivo II								

13	Justiça Desportiva I
14	Justiça Desportiva II
15	Intervenção estatal no esporte
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Uma prova escrita, presencial em sala de aula, com consulta (P1) Um trabalho em grupo, a ser apresentado em sala e com entrega de material escrito (P2). A nota final será a média aritmética das notas atribuídas às P1 e P2. A participação em sala de aula poderá ser premiada com bônus na pontuação da nota final.
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	MIRANDA, Martinho Neves. O Direito no Desporto. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.ROSIGNOLI, Mariana e RODRIGUES, Sérgio Santos. Manual de Direito Desportivo. São Paulo: LTr, 2021. VEIGA, Maurício de Figueiredo Correa da. Manual de Direito do Trabalho Desportivo. São Paulo: LTr, 2022.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	CAÚS, Cristiano e GÓES, Marcelo. Direito Aplicado à Gestão do Esporte. São Paulo: Trevisan, 2013.. COUTINHO FILHO, José Eduardo. A Proteção dos Direitos do Atleta Profissional de Futebol: Liberdade, Vinculação e Jornada de Trabalho. Rio de Janeiro: Multifoco, 2018. FACHADA, Rafael Terreiro. Direito Desportivo: Uma Disciplina Autônoma. Rio de Janeiro: Autografia, 2017. MORAES, Guilherme Campos de. Lex Sportiva: entre a Esfera Pública, a Autonomia Privada e a Necessidade de Accountability. Rio de Janeiro: Multifoco, 2016. VARGAS, Angelo (coord). Direito Desportivo. Temas Transversais. Rio de Janeiro: Autografia, 2017.